**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DA \_\_\_\_\_\_\_ZONA ELEITORAL DO TOCANTINS**

MPMS

**RRC nº**

**Impugnante: Ministério Público Eleitoral**

**Impugnado(a):**

O **Ministério Público Eleitoral**, por intermédio do Promotor Eleitoral que ao final subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar suas ALEGAÇÕES FINAIS, com base nos seguintes fundamentos de fato e de direito:

**I – Dos fatos**

Trata-se de Requerimento de Registro de Candidatura – RRC do candidato XXXX, o qual se candidatou ao cargo de XXXX no município de XXXX.

O Ministério Público Eleitoral apresentou Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC, pois XXXX (descrever resumidamente o motivo da impugnação), conforme petição inicial de ff. XX/XX.

O candidato foi devidamente notificado e apresentou contestação às ff. XX/XX.

Encerrada a instrução processual, os autos vieram para alegações finais das partes.

É a síntese do necessário.

**II – Do direito**

Deverá ser julgada procedente a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura – AIRC apresentada pelo Ministério Público Eleitoral, com o consequente **indeferimento** do registro de candidatura de XXXX. Senão vejamos.

Como é cediço, para que uma pessoa venha a registrar sua candidatura junto à Justiça Eleitoral, passando a obter o direito de ser votado, deve atender às **condições de elegibilidade** previstas no art. 14, § 3º, da Constituição, e não incidir em nenhuma **causa de inelegibilidade** prevista na Constituição ou na Lei Complementar 64/90.

No caso em análise, verifica-se que o impugnado não preenche todos os requisitos constitucionais e legais para ser candidato, pois XXXXX (citar a condição de elegibilidade faltante ou a causa de inelegibilidade existente), nos termos do art. XXXXX. (citara base legal)

Com efeito, o impugnado XXXXX (explicar a condição de elegibilidade não preenchida ou causa de inelegibilidade existente com todos os seus detalhes e requisitos, indicando as provas inclusive, bem como **afastando eventuais teses defensivas do impugnado**)

Nesse sentido, a prova produzida demonstra que XXX (abordar a prova documental e/ou testemunhal que comprova o alegado na AIRC.

Sobre esta causa de inelegibilidade leciona XXXX:

(citar alguma doutrina)

Ademais, a jurisprudência dos Tribunais Eleitorais, também confirma a necessidade do indeferimento do registro, como se observa:

(citar 1 ou mais jurisprudências do TSE ou de TREs)

Dessa forma, verificando-se que o candidato não atende todos os requisitos constitucionais e legais para ser candidato, o indeferimento do pedido de registro de candidatura é medida que se impõe.

**III – Do pedido**

Ante o exposto, o Ministério Público Eleitoral requer seja julgada **procedente** a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura apresentada pelo Ministério Público Eleitoral, com o consequente indeferimento do registro de candidatura do impugnado XXXX.

Local e data.

**Promotor(a) Eleitoral**

**Muita Atenção:**

Caso a candidatura impugnada seja da cota de gênero minoritária, cujo indeferimento acarrete um percentual abaixo de 30% no respectivo partido, acrescentar o seguinte parágrafo no final no pedido:

Caso seja indeferido o registro de candidatura conforme pleiteado, constata-se que o Partido deixará de atender a cota de gênero prevista no art. 17 da Resolução TSE n. 23.609/2019, motivo pelo qual **requer-se,** desde já, a imediata intimação do respectivo Partido para adequação do percentual mínimo da cota de gênero.